

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ



Docentes

Volume 03 - Nº 007 | dezembro de 2018

ISSN Impresso: 2526-2815

ISSN Eletrônico: 2526-4923

**Fortaleza - Ceará
2018**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Camilo Sobreira de Santana
Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Vice-Governadora

Rogers Vasconcelos Mendes
Secretário da Educação

Rita de Cássia Tavares Colares
Secretária Executiva da Educação

Julianna da Silva Sampaio
Assessora de Comunicação - ASCOM

Ideigiane Terceiro Nobre
Coordenadora da CODEA/Gestão Pedagógica

Hylo Leal Pereira
Orientador da Célula de Currículo e Formação

Elane Maria Feijó Borges
Orientadora da Célula de Desenvolvimento do Currículo e da Aprendizagem

Paulo Venício Braga de Paula
Centro de Documentação e Informações Educacionais



Editor Chefe

Prof. Dr. Rosendo de Freitas Amorim

Conselho Editorial Científico

Profa. Dra. Ana Carolina Costa Pereira (UECE - Universidade Estadual do Ceará);
Profa. Dra. Ana Maria Fontenelle Catrib - (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)
Profa. Dra. Maria José Costa dos Santos (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Prof. Dr. Vandilberto Pereira Pinto (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Profa. Dra. Ana Karine Portela Vasconcelos (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Profa. Dra. Caroline de Goes Sampaio (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Ewerton Wagner Santos Caetano (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Francisco Herbert de Lima Vasconcelos (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Prof. Dr. Francisco José Rodrigues (UNIFOR - CME)
Profa. Dra. Iêda Maria Maia Pires (Coordenação com os municípios - ME/PMF)
Prof. Dr. Francisco Regis Vieira Alves (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Geraldo Fernando Gonçalves de Freitas (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Gilvandenys Leite Sales (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Mairton Cavalcante Romeu (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Nizomar de Sousa Gonçalves (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Pedro Hermano Menezes de Vasconcelos (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Prof. Dr. Wilami Teixeira da Cruz (IFCE - Instituto Federal do Ceará);
Profa. Dra. Eloneid Felipe Nobre (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Prof. Dr. Isaías Batista de Lima (UECE - Universidade Estadual do Ceará);
Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Profa. Dr. Gerardo Silveira Viana Júnior (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Profa. Dra. Adeline Annelise Marie Stervinou (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Profa. Dra. Rita Helena Sousa Ferreira Gomes (UFC - Universidade Federal do Ceará);
Prof. Dr. José Rogério Santana (UFC - Universidade Federal do Ceará).
Profa. Dra. Germania Kelly Furtado Ferreira (CODEA/Gestão Pedagógica).
Profa. Dra. Gezenira Rodrigues da Silva - (Assessora Técnica - SEDUC)
Prof. Dra. Betânia Maria Raquel Gomes - (Assessora Técnica - SEDUC)
Prof. Dr. Rickardo Léo Ramos Gomes - Coordenadoria da Educação Profissional (COEDP)
Profa. Dra. Karine Pinheiro Souza - Coordenadoria Administrativa (COADM)
Profa. Dra. Mirna Gurgel Carlos Heger - CDIE (CODEA/Gestão Pedagógica)

Comissão Técnica Científica

Prof. Me. Rogers Vasconcelos Mendes
Secretário da Educação

Prof. Me. Jefrei Almeida Rocha
Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola/Educação Integral

Prof. Me. Paulo Venício Braga de Paula
Gestão Pedagógica/Centro de Documentação e Informações Educacionais - CDIE

Profa. Ma. Paula de Carvalho Ferreira
Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola/Gestão Pedagógica

Profa. Ma. Cristina Márcia Maia de Oliveira
Gestão Pedagógica/Centro de Documentação e Informações Educacionais

Suporte Técnico

Alain Rodrigues Moreira

Produção Gráfica da Revista
ASCOM - Assessoria de Comunicação

Projeto Gráfico e Diagramação e Arte-Final
Gráfica Digital da SEDUC

Revisão Português
Profa. Ma. Cristina Márcia Maia de Oliveira
Profa. Ma. Paula de Carvalho Ferreira

Revisão Inglês
Profa. Esp. Roserlany Francelino Gomes

Revisão Espanhol
Prof. Me. Francisco Elvis Rodrigues Oliveira

Normalização Bibliográfica
Elizabeth de Oliveira da Silva

Tiragem
4.000 exemplares



Arte da Capa

VINICIUS BRAGA JACINTO - 3ºD
EEMTI ADAHIL BARRETO CAVALCANTE

“A Preta Flor é uma representatividade para todas as mulheres negras que sempre estiveram presentes na construção histórica, artística e cultural do Brasil, porém não estão nos livros didáticos.”

ISSN Impresso: 2526-2815

ISSN Eletrônico: 2526-4923

www.seduc.ce.gov.br



www.facebook.com/EducacaoCeara

Sumário

Apresentação **08**

Editorial **10**

Artigos

INCLUSÃO EDUCACIONAL COMO DIREITO SOCIAL NA PERSPECTIVA CONCEITUAL DO
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO **22**

EDUCATIONAL INCLUSION AS A SOCIAL LAW IN THE CONCEPTUAL PERSPECTIVE OF THE
MORE EDUCATION PROGRAM

INCLUSIÓN EDUCACIONAL COMO DERECHO SOCIAL EN LA PERSPECTIVA CONCEPTUAL
DEL PROGRAMA MÁS EDUCACIÓN

Tânia Roberta da Silva

CORA CORALINA, MULHER-MÃE-DOCEIRA-POETA, E A RELAÇÃO DE GÊNERO E ESPAÇO
NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E DE IDENTIDADE: CONTRIBUIÇÕES NO CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E DE ADULTOS (EJA). **32**

CORA CORALINA, MOTHER-SWEET-POET, AND A RELATION OF GENDER AND SPACE IN
THE CONSTRUCTION OF MEANINGS AND IDENTITY: CONTRIBUTIONS ON THE YOUTH AND
ADULT EDUCATION (YAE)

CORA CORALINA, MUJER-MADRE-DULCE-POETA, Y UNA RELACIÓN DE GÉNERO Y
ESPACIO EN LA CONSTRUCCIÓN DE SENTIDOS Y DE LA IDENTIDAD: UN CURRÍCULO DE LA
EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA)

Sofia Regina Paiva Ribeiro

A EXCLUSÃO GERADA PELO ATUAL CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: UMA QUESTÃO DE ÉTICA

45

THE EXCLUSION GENERATED BY THE CURRENT CURRICULUM OF MIDDLE SCHOOL: A QUESTION OF ETHICS

LA EXCLUSIÓN GENERADA POR EL ACTUAL CURRÍCULO DE LA ENSEÑANZA MEDIO: UNA CUESTIÓN DE ÉTICA

Francélio Mota Rogério

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O IDOSO NO ESTADO DO CEARÁ

53

EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES FOR THE ELDERLY IN THE STATE OF CEARÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES PARA EL IDOSO EN EL ESTADO DEL CEARÁ

**Josefa Hilda Siqueira Monteiro
Maria Elisete Mota de Oliveira**

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: REFLEXÕES FRENTE AO CONTEXTO ATUAL EDUCACIONAL

64

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR EDUCATION: REFLECTIONS FROM THE CURRENT EDUCATIONAL CONTEXT

LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD EN LA ENSEÑANZA REGULAR: REFLEXIONES FRENTE AL CONTEXTO ACTUAL EDUCACIONAL.

Niciane de Sousa Santos

EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-INDÍGENA NAS ESCOLAS DA CREDE 15 DOS INHAMUNS

72

EXPERIENCE OF HISTORY TEACHING AFRO-INDIGENOUS CULTURE IN INHAMUNS CREDIT SCHOOLS 15

EXPERIENCIA DE LA ENSEÑANZA DE HISTORIA CULTURA AFRO-INDÍGENA EN LAS ESCUELAS DE LA CREDE 15 DE LOS INHAMUNS

**Maria Sônia Quinino de Medeiros
Paulo Robson Gonçalves Loiola Almeida
Fabiana Martins de Sousa
Denes Viana de Sousa**

COMBATENDO O PRECONCEITO CONTRA A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORANGA- CE **88**

COMBATING THE PREJUDICE AGAINST AFROBRASILEIRA AND INDIGENOUS CULTURE IN THE PUBLIC SCHOOLS OF PORANGA-CE

COMBATENDO EL PRECONCEITO CONTRA LA CULTURA AFROBRASILEÑA E INDÍGENA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE PORANGA-CE

Fernando Rodrigues Lima

DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA **97**

DIVERSITY IN EDUCATION: SEXUAL AND GENDER IDENTITY IN SCHOOL

DIVERSIDAD EN LA EDUCACIÓN: IDENTIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO EN LA ESCUELA

Sílvio Estenio Rocha de Freitas

Rosendo Freitas de Amorim

Ana Maria Fontenele Catrib

Francisco José Rodrigues

Fernando Atair Pochay

DoCEntes ENTREVISTA

Com o Professor Luiz Leno Silva de Farias **110**

With the teacher Luiz Leno Silva de Farias

Con la profesora Luiz Leno Silva de Farias

Apresentação

Uma das grandes questões postas para a educação brasileira atualmente é a seguinte: como apoiar os professores no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas em sala de aula?

Por se tratar de uma profissão que requer dedicação diferenciada para ser exercida de formação contínua para seu aperfeiçoamento, os sistemas de ensino precisam estruturar mecanismos de apoio ao trabalho docente, de modo que estes profissionais não se sintam isolados frente aos desafios associados à sua prática na escola.

Na rede estadual de ensino do Ceará, as escolas contam com coordenadores escolares, professores coordenadores de área e professores coordenadores de ambientes de apoio à sala de aula, que têm como principal objetivo proporcionar aos professores um suporte técnico, para que suas aulas tenham mais recursos didáticos disponíveis e, aos alunos, melhores oportunidades de aprendizagem. Trata-se de um serviço de apoio aos docentes que vem se consolidando nos últimos anos.

Contudo, nada pode substituir para a constante qualificação do trabalho docente, quanto ao exercício reflexivo que cada professor deve fazer sobre sua própria prática. Realizar uma análise crítica, utilizando-se de elementos do método científico para sistematização de suas experiências, traz ao professor o domínio pleno de seu trabalho, promovendo releituras sobre suas práticas e fomentando a elaboração de novos procedimentos de ensino mais adequados aos estudantes.

Nesta perspectiva, a revista DoCEntes, publicada pela Secretaria da Educação do Ceará, visa estimular todos os professores das escolas públicas estaduais a escreverem e publicarem artigos sobre suas experiências de sala de aula ou relacionados a pesquisas científicas vinculadas a programas de pós-graduação. Esta revista, portanto, é uma estratégia para apoiar os professores em seu processo de autoformação.

Adentrar um processo de autoformação é escrever sobre o que se faz, narrar as relações de ensino e aprendizagem com seus estudantes, analisar os conflitos inerentes à aplicação, em sala de aula, das teorias estudadas. Esses são elementos importantes para se construir um sentimento de constante aperfeiçoamento do trabalho docente.

A revista DoCEntes, nessa perspectiva, é um recurso disponível para que o professor seja provocado a olhar para si mesmo como sujeito construtor de um saber que o fortalece na dinâmica efervescente da escola, que, por sua vez, vive um constante movimento de adaptação e readaptação às novas demandas, e de expectativas da sociedade contemporânea quanto à sua função social.

Além disso, é importante reconhecer a produção dos nossos professores em cursos de pós-graduação de que participam. Em nosso estado, novos programas de pós-graduação têm sido implementados em instituições públicas, em diferentes localidades; novas modalidades têm contemplado diferentes perfis profissionais, bem como atendido a diferentes propósitos investigativos. Nesse contexto, nossas escolas tem sido palco de estudos de caráter múltiplo, passando por pesquisas quantitativas que buscam mapeamento de perfis, identidades e parametrização de resultados obtidos na implementação de projetos pedagógicos, chegando à análise mais minuciosa, qualitativa de realidades ímpares presentes em nossas salas de aula por todo o Ceará.

Os novos programas de pós-graduação têm ensejado grande diversidade de pesquisa educacional em nosso estado, estimulando, dessa forma, a disseminação e o acesso à produção científica de qualidade, voltada ao trabalho na sala de aula. Por conseguinte, torna-se cada vez mais expressivo o número de professores que tem se dedicado à pesquisa dentro e fora da sala de aula.

Em cada um desses muitos elementos elencados, uma figura torna-se presente e, de certa forma, central: a do professor-pesquisador. É a partir dela que se desencadeia todo o processo de pesquisa que busca uma maior apropriação e autocaracterização do professor, enquanto agente de formação, de autoformação e produtor de conhecimento. Neste sentido, a revista DoCEntes apresenta-nos como um meio audacioso e eficaz que objetiva o incentivo à realização de pesquisas e sua respectiva difusão. O periódico tem como foco, ainda, a divulgação de práticas pedagógicas exitosas realizadas pelos docentes da rede pública de ensino estadual do Ceará.

A Secretaria da Educação sente-se orgulhosa de, por meio da revista DoCEntes, levar à comunidade científica brasileira a significativa contribuição de nossos professores, fruto de um trabalho engajado e necessário, desenvolvido, em sua ampla maioria, no chão de nossas escolas e na mente de nossos estudantes.

Editorial

Avanços e desafios da Diversidade na Educação

A publicação deste sétimo número da revista DoCEntes reveste-se de vários significados e sentidos especiais, principalmente considerando o contexto de transição de uma fase da nossa História, cuja marca tem sido de abertura, empoderamento dos movimentos sociais e da diversidade sociocultural representadas por esses atores sociais, para outra aonde muitas incertezas se descortinam, porquanto algumas ideias desse grupo político em ascensão colidem com princípios básicos dos Direitos Humanos e afrontam valores próprios às especificidades dos grupos minoritários e daqueles que mesmo não constituindo minoria vivem em situação de vulnerabilidade.

O primeiro significado pede gratidão e reconhecimento pelo trabalho da equipe que integra e elabora essa revista, única no gênero em todo território nacional, pois esse número 07 comemora os dois anos de caminhada do periódico. Além, disso precisamos agradecer a administração superior da SEDUC, em nome do Excelentíssimo Senhor Secretário Rogers Mendes, em exercício, e do Ex-Secretario, Senhor Idilvan Alencar que confiaram na concretização desse projeto e deram-nos condições de efetivá-lo. Por último e mais relevante, precisamos agradecer aos nossos colaboradores vitais, os professores da rede estadual e municipal de ensino, que dão vida e substância a esse veículo acadêmico para transmissão de um conhecimento educacional que brota do chão das nossas escolas.

A eleição do tema diversidade na educação revelou-se bastante pertinente para inaugurar a confecção deste número temático, pois dada a abrangência e complexidade das questões inerentes a essa dimensão da educação, não raro há uma dispersão dos diversos coletivos, contribuindo para o enfraquecimento em relação aos objetivos de cada grupo. Um exemplo histórico diz respeito à educação indígena e à afro-brasileira. Muito das demandas e necessidades dos dois grupos guardam elementos comuns, entretanto, na prática tem havido uma tendência à fragmentação e segmentação. Os textos apresentados neste

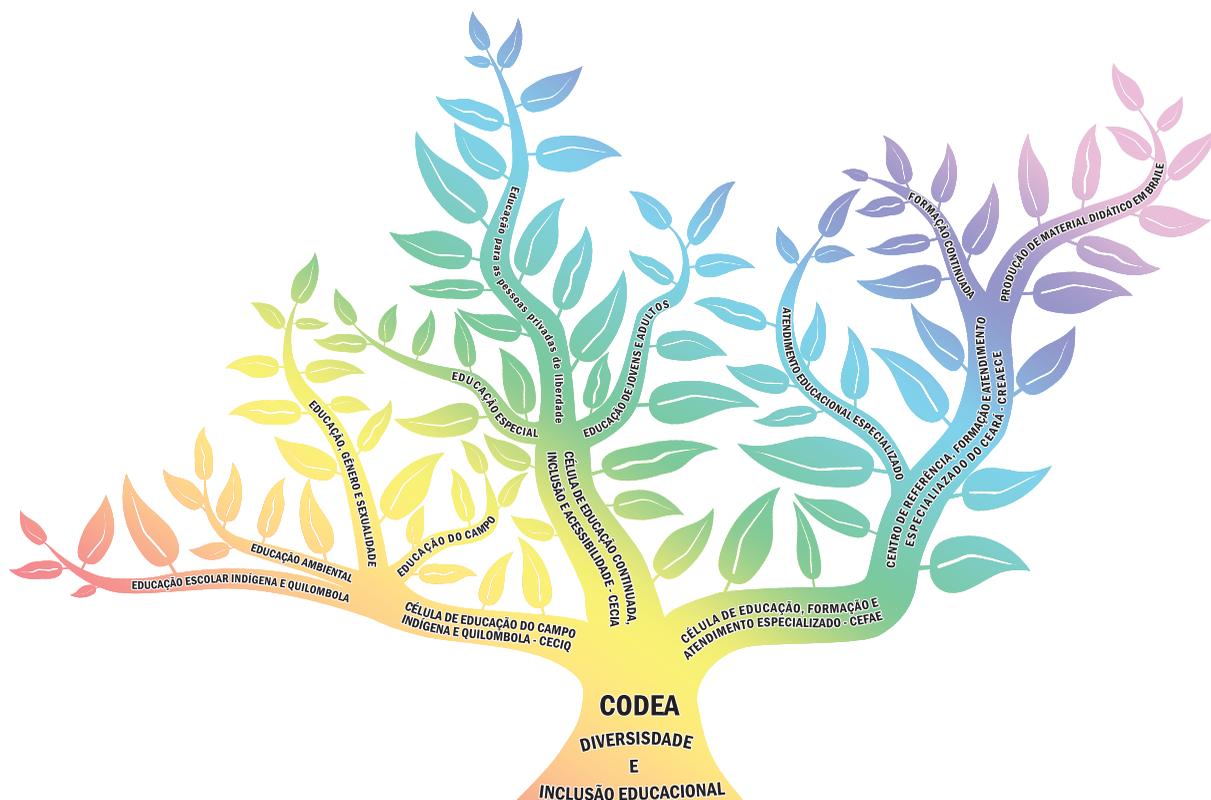
exemplar suscitam reflexões capazes de esclarecer como as necessidades de índios e de negros e de seus descendentes não são, em essência, tão diferentes, que a condição das mulheres nessas comunidades precisa avançar em termos da igualdade de gênero.

Um dos maiores desafios à efetividade do Direito social à Educação reside na inclusão educacional. Esse é um problema que historicamente suscita inúmeros questionamentos, reflexões e acalorados debates. Quando se constata que nem um Programa como o Mais Educação consegue ficar imune às vicissitudes afeitas à inclusão, infere-se que em outras esferas educacionais o problema existe em menor ou maior grau. Inclusão e exclusão são duas faces da mesma moeda. Os percalços e limites da inclusão estão diretamente relacionados aos da exclusão, problema que afeta desde um jovem em idade regular para cursar o Ensino Médio ao idoso que deseja recuperar alguma oportunidade perdida em termos de escolaridade.

Precisamos registrar que apesar do clima de cerceamento e de vigilância ideológica que se configura no horizonte próximo à educação brasileira, haveremos de resistir. A educação como fenômeno humano capaz de humanizar e aprimorar mulheres e homens não pode abrir mão de valores inegociáveis como: liberdade de pensamento, liberdade de cátedra, concepção omnilateral do conhecimento, especialmente o científico. Nessa perspectiva, as teorias do Gênero, precisam ser empregadas em prol da compreensão das relações entre homens e mulheres, principalmente como fundamento para superação das desigualdades neste âmbito. O mesmo ocorre com a concepção de orientação sexual, sem a qual não se pode compreender ou discutir aspectos centrais das homossexualidades. Os desdobramentos de quaisquer tentativas nesse sentido produzirão mais problemas que soluções no espaço da escola.

Por fim, vale registrar que trazemos duas novidades no presente número da revista DoCEntes. A primeira é a inauguração da nossa seção de Entrevistas com educadores de relevância para a Educação. Nossa primeira entrevistada é com o professor Luiz Leno Silva de Farias, natural de Realengo Rio de Janeiro e eradicado no Ceará. Formado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú do Ceará. Negro de ascendência africana, é Ogan Otun Alagbê, que em sua religião de matriz africana, vem a desempenhar a função de protetor na sua Casa, ajudando os Òrisàs no zelo da mesma. A segunda é a apresentação de um Dossiê sobre as ações da Célula da Diversidade da SEDUC. Portanto, caro leitor, professor(a) aproveite para conhecer o que se tem feito na educação do estado do Ceará.

Diversidade e Inclusão Educacional



Na sociedade atual, as temáticas da diversidade e inclusão na educação vêm adquirindo cada vez maior visibilidade, suscitando discussões e reflexões da grande mídia às redes sociais, dos movimentos sociais às salas de aula. Relações étnico-raciais, diversidade sexual, questões de gênero, pluralismo religioso, relações geracionais, culturais, infantis e juvenis são temas que provocam diversas reações, assim como geram iniciativas e orientações a serem praticadas numa perspectiva de afirmação democrática, respeito mútuo, aceitação da diferença e construção de uma sociedade em que todos e todas possam ser plenamente cidadãos e cidadãs.

Assim, o desafio do sistema de ensino é colocar no centro da política pública o valor das diferenças e da diversidade com seus conteúdos étnico-racial, geracional, de pessoas com deficiência, de gênero, de orientação sexual, regional, religioso, cultural e ambiental. As atuais Resoluções do Conselho Nacional de Educação estabelecem as Diretrizes

Curriculares Nacionais, orientando a construção de um sistema educacional inclusivo, que garanta o direito universal de acesso à escolarização e assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da diversidade.

Nesse contexto, com vistas à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio do Decreto nº 31.221 de 03 de junho de 2013, instituiu na estrutura organizacional da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – Codea, a área da Diversidade e Inclusão Educacional, composta por três células, conforme organograma abaixo: Célula de Educação do Campo, Indígena, Quilombola, Ambiental, das Relações Étnico-Raciais e Educação, Gênero e Sexualidade; Célula de Educação Continuada, Inclusão e Acessibilidade; Célula de Educação, Formação e Atendimento Especializado do Ceará/Creaece.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

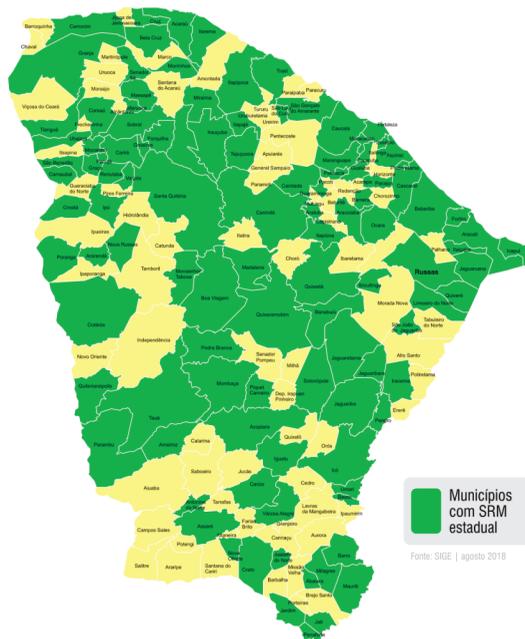
A Educação Especial é uma modalidade da educação básica, transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, destinada a estudantes com **“deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”**. Inscrita na perspectiva da política de educação inclusiva, a matrícula é, preferencialmente, em salas comuns das escolas regulares de ensino e preceitua a valorização das diferenças como elemento central para o enriquecimento do processo educativo, reconhecendo as particularidades e potencialidades dos alunos e ajudando-os a superar as possíveis barreiras para o seu aprendizado.

Para assegurar a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, a Seduc assegura a lotação de profissionais especializados e espaços equipados com recursos pedagógicos e de acessibilidade tais como:

Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) - ambientes pedagógicos, implantados nas unidades escolares, equipados com mobiliários, materiais didático e pedagógicos para apoiar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE são atividades de caráter complementar ou suplementar ofertadas, no contraturno, aos alunos público-alvo da Educação Especial do ensino regular. Em 2018, na rede estadual de ensino, são 174 SRM atendendo a 3.283 alunos.

Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE) - espaços pedagógicos que contam com uma equipe multiprofissional, composta de pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, equipados com recursos pedagógicos acessíveis. Implantados em 08 escolas de Fortaleza para dar suporte às escolas públicas no processo inclusivo. Em 2018, são atendidos nos Napes 804 alunos.

Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (Creaece) - Centro que oferece serviços de Atendimento Educacional Especializado, complementar e/ou suplementar, para alunos público-alvo da Educação Especial, produção e transcrição de materiais didáticos em Braille para 97 escolas da rede pública, com 490 alunos com deficiência visual, incluídos. O Creaece também promove formação nas diversas áreas da Educação Especial para cerca de



Municípios	Escolas com SRM	Alunos Atendidos
107	174	3.283

3.310 professores da rede pública e outros profissionais envolvidos com este público.

Centros Especializados (ONG) que atuam na área de Educação Especial - Instituições Não Governamentais, conveniadas com a Seduc, para o atendimento educacional especializado, acompanhamento psicológico, terapias alternativas, atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social para alunos público-alvo da Educação Especial.

Profissionais de Apoio Escolar - profissionais como intérpretes e ‘cuidadores’ contratados para apoiar alunos surdos e alunos com dificuldades de se locomover, alimentar e cuidar com independência de sua higiene pessoal, e que estão incluídos no ensino regular. Em 2018, são 194 intérpretes e 103 cuidadores contratados.

Formação Continuada para Professores que atuam no AEE – até 2018, cerca de 500 professores terão sido formados em Curso de 200 horas, nas diferentes áreas da Educação Especial, mediada pela Educação a Distância.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que se orienta pela concepção de educação ao longo da vida e garante a um público diferenciado - jovens e adultos (a partir de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio) - o direito à escolarização básica em igualdade de condições com os demais estudantes da rede, por meio da formação humana, social, científica. A Secretaria da Educação do Estado do Ceará assegura o acesso à educação básica, para esse público, nos seguintes formatos:

EJA Presencial – Fundamental e Médio

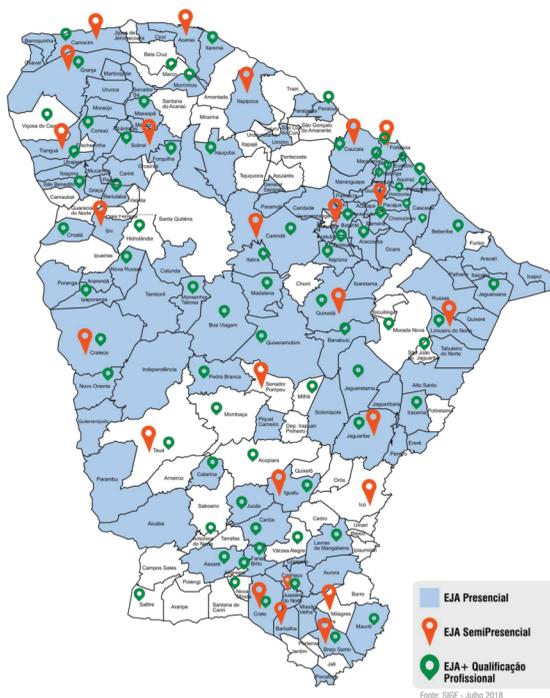
Ofertado em escolas da rede estadual, distribuídas na maioria dos municípios cearenses, destinada aos jovens e adultos que se encontram fora da escola e desejam retomar seus estudos. Essa oferta também é assegurada, por meio de parceria com outros órgãos, para públicos específicos como: jovens e adultos privados de liberdade em estabelecimentos penais (parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania – Sejus); pessoas em semiliberdade com trabalho externo (parceria com o Tribunal de Justiça/Varas de Execuções Penais - Vepas), e adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas nos Centros Socioeducativos (parceria com a Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo - Seas).

EJA Semipresencial – Fundamental e Médio

A matrícula é feita exclusivamente nos 33 Centros de Educação de Jovens e Adultos (Cejas), localizados: 9 em Fortaleza e 24 no interior: Caucaia, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Granja, Tianguá, Ipu, Sobral, Canindé, Baturité, Pacajus, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Quixadá, Senador Pompeu, Tauá, Iguatu, Icó, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo e Milagres.

EJA Médio presencial com Qualificação Profissional

Experiência iniciada em 2016 em três Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e ampliada, a partir de 2017, para todas as vinte Credes e Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor). A EJA + Qualificação Profissional propõe alternativas curriculares e metodológicas que adaptem tempos pedagógicos e espaços de aprendizagem aos interesses, necessidades e saberes dos sujeitos da EJA e agrega ao seu currículo disciplinas para a qualificação profissional, com o propósito de contribuir com os processos de constituição da autonomia das pessoas



jovens e adultas e a inserção qualificada desses no mundo do trabalho. O curso tem duração de dois anos letivos e inclui as quatro áreas do conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e duas disciplinas de qualificação profissional, certificando o educando em Técnicas Administrativas e Vendas ou em Informática, de acordo com a oferta da escola e escolha do educando.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A escola se constitui local ideal para delimitação da sustentabilidade socioambiental, da mudança de paradigmas, de novas concepções de mundo, frente aos impactos socioambientais causados pela ação do homem. Faz-se necessário que o processo pedagógico compreenda a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, não de forma restrita a ações pontuais, mas, principalmente, reduzindo a distância entre o pensar e o fazer. Assim, a comunidade escolar é convidada a repensar o modo de vida, modelos sociais, padrões de consumo e as relações com a natureza, com vistas a transformação da escola em espaços educadores sustentáveis. Com destaque para as ações:

Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis

A SEDUC, por meio da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional, em parceria com o Instituto UFC Virtual e o Centro de Educação à Distância (CED) ofertou em 2016/2017 o curso semipresencial em Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis, contemplando 660 professores de todas as Crede/Sefor. O curso abordou os três eixos das escolas sustentáveis: currículo, gestão democrática e espaço físico.

Programa Parque Escola – Aprendendo com a Natureza

O Programa, desenvolvido em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), busca desenvolver novas abordagens interdisciplinares de educação baseadas em vivências com a natureza, ao transformar os Parques Estaduais em salas de aula, propiciando novas formas de construção do conhecimento. O Programa já está em sua terceira edição, foram trabalhados: Parques Estaduais Botânico e do Cocó e a ARIE do Sítio Curió, abrangendo aproximadamente 3300 participantes, entre professores e estudantes da capital e região metropolitana de Fortaleza.

Conferências Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente

A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente consiste de uma estratégia de mobilização de estudantes do ensino Fundamental II e jovens visando à promoção da reflexão, desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações no contexto da temática socioambiental, considerando seus desafios e alternativas, no âmbito da escola e de seu entorno, em conformidade com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Em 2018 realizou-se a quinta edição da Conferência, sendo o Ceará recordista de escolas cadastradas no processo conferencial em



todas as edições – 2003, 2005, 2009, 2013 e 2018. Contempla a equidade de gênero e assegura a participação de estudantes das escolas de Ação Afirmativa – Indígena, Quilombola e de Assentamento Rural e tem como princípios: jovem educa jovem, jovem eleger jovem e uma geração aprende com a outra.

Projetos de Permacultura - Os Projetos Permaculturais iniciaram em 2015 visando desenvolver ações que viabilizem a transformação da escola em Espaço Educador Sustentável, sensibilizando a comunidade escolar para as questões socioambientais. As escolas têm realizando construção e manutenção de hortas, reutilização de água cinza, recuperação de solos degradados, práticas de agroecologia e melhorias no paisagismo.

Além dessas ações, destacam-se ainda: o Ceará Científico em parceria com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica; formação e apoio às Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), as ações do Coletivo Jovem de Meio Ambiente-CJ e da Comissão A3P, e em parceria com a SEMA criou o Selo Escola Sustentável e provocou a criação da unidade de conservação Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Cambéba que encontra-se em processo de finalização.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

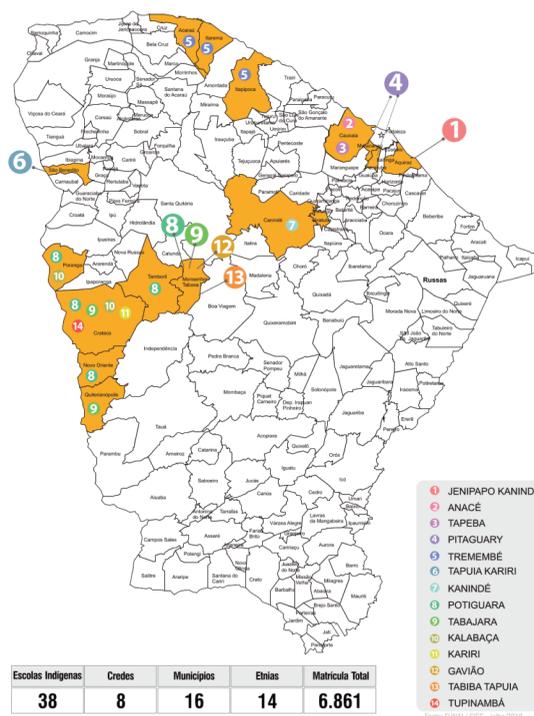
Educação Escolar indígena é uma modalidade da educação básica que garante aos indígenas, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

No Ceará, o processo de constituição das escolas indígenas começou no final da década de 1990, com a luta das diferentes etnias indígenas. Atualmente, existem 38 escolas indígenas na rede estadual, 5 escolas das redes municipais de ensino de Maracanaú e Caucaia e uma creche, distribuídas em 16 municípios: Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, São Benedito, Tamboril e Quiterianópolis, assegurando uma matrícula de mais de 8240 alunos, distribuídos da educação infantil ao ensino médio.

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas, de 2007, sobre os direitos dos povos indígenas.

As políticas para atendimento educação escolar indígena são pautadas nas Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena, de 2012 e no **Plano de Ação Etnoeducacional** do Território Potyrõ, pactuado em 2012, os quais objetivam o desenvolvimento e institucionalização dessa modalidade de ensino no Estado, de forma a respeitar a territorialidade dos povos indígenas e operacionalizar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com a finalidade de responder às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais das comunidades atendidas.

Dentre as ações realizadas destacam-se: organização e



execução do Plano de Ações do Território Etnoeducacional Potyrõ (TEE); formação inicial e continuada de professores, gestores e pessoal de apoio das escolas indígenas; Curso de Habilitação de Professores Indígenas para Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Curso de Formação Continuada para Professores e Profissionais de Apoio Pedagógico; fortalecimento do Grupo Interinstitucional de Educação Escolar Indígena; Formação Continuada para Coordenadores e Diretores Indígenas; regularização das escolas indígenas; construção de escolas indígenas, reforma e construção de ginásios esportivos; portarias de matrícula e de lotação com critérios específicos para educação escolar indígena; evolução dos indicadores de proficiência com destaque para a alfabetização de crianças indígenas.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

A educação exerce um papel estratégico quando se busca a valorização da diversidade, fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar/combater toda sorte de preconceitos, discriminações e violências, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, a escola se coloca como um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativo às diferenças. No entanto, para que essa escola se constitua verdadeiramente democrática e justa, faz-se necessário articular o debate sobre igualdade e diferença.

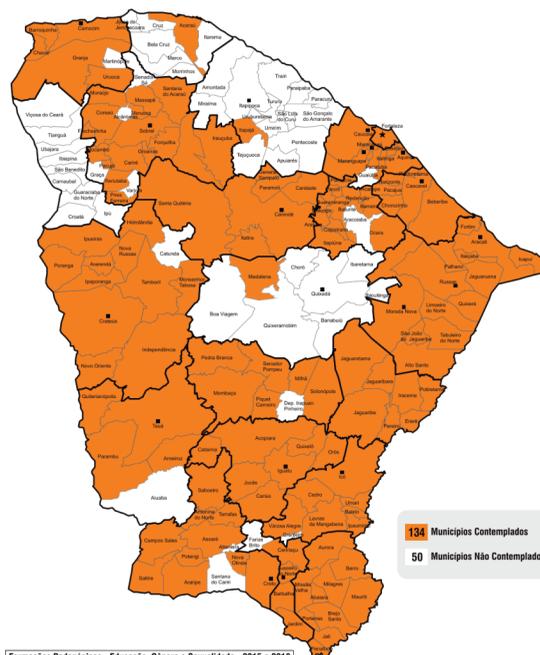
Bases legais

Sobre essa discussão, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), além de outras diretrizes nacionais (Resoluções CNE/CEB nº 04/2010, nº 02/2012, Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14) e estaduais (Constituição Estadual, art. 14, inc. III; Plano Estadual de Educação - Lei nº 16.025/16; Decreto nº 32.188/2017; e Plano de Governo 07 Ceará - 2015/2018), orienta que é papel do poder público estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero com educação igualitária, não discriminatória e democrática.

Formação Pedagógica

Buscando disseminar essa reflexão nas escolas da rede estadual de ensino, a Secretaria da Educação do Estado - SEDUC, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem - CODEA / Diversidade e Inclusão Educacional, e em articulação com outras áreas da CODEA, CREDE e SEFOR, vem desenvolvendo, de forma transversal e interdisciplinar, um trabalho de sensibilização e formação de gestores, educadores e alunos, contribuindo para a construção de um ambiente mais saudável, compreensivo e valorizador da diversidade humana, sobretudo em suas relações de gênero e sexualidade.

Dentre as ações desenvolvidas pela Equipe vale destacar: Formação de Professores e atendimento às escolas; apoio à implementação do uso do nome social



Oficinas	Palestras	Rodas de Conversa	Audios ENEM	Total
53	62	30	39	184
				13.196

por alunos e alunas travestis e transsexuais; elaboração de materiais; mapeamento dos aspectos legais; participação em Conselhos de entidades, conferências e reuniões diversas que desenvolvem políticas na área ou afins; oferta de cursos de capacitação Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade; participação em eventos acadêmicos; seminários temáticos; contribuições aprovadas para o documento síntese do Plano de Governo 2015-2018 no Ceará do Conhecimento. Entre 2015-2018 (dados atualizados até setembro de 2018) foram realizadas 207 formações alcançando um público de 14.924 pessoas entre gestores, professores, estudantes e outros profissionais da educação.

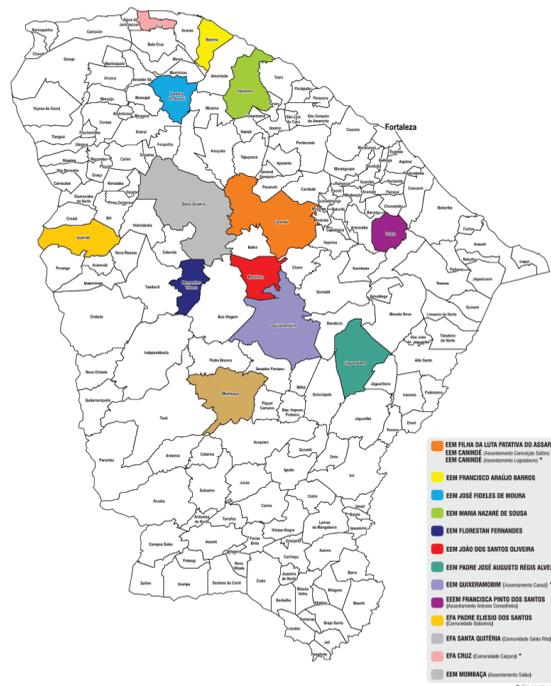
EDUCAÇÃO DO CAMPO

“A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida — agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (Resolução CNE/CEB nº 02 de 28/04/2008 [art.1º]).

A Secretaria da Educação, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem/Diversidade e Inclusão Educacional, reconhece a luta dos movimentos sociais e sindicais do campo e vem garantindo ampliação e qualificação da oferta de ensino médio às populações do campo, por meio de ações como: a construção de novas escolas de ensino médio na zona rural e em áreas de assentamento da reforma agrária, além de espaços complementares para a construção da identidade das escolas do campo; a qualificação do projeto curricular com a participação dos sujeitos e segmentos que participam da comunidade escolar e local; apoio a projetos desenvolvidos nessas escolas, entre outros.

Atualmente, na Rede Estadual, existem 90 escolas de ensino médio localizadas no meio rural. Destas, 9 escolas estão localizadas em Áreas de Assentamento da Reforma Agrária que vem desenvolvendo um projeto pedagógico diferenciado, pautado nos princípios da Educação do Campo. As demais escolas encontram-se em um processo de apropriação desses princípios, por meio da participação em seminários, eventos e formações, com temáticas relacionadas a compreensão de uma educação voltada para as pessoas que vivem no campo, com a perspectiva de futuramente aderir a uma proposta que venha contemplar as concepções da Educação do Campo, fortalecendo assim, a política de Educação do Campo no Ceará.

Reorganização Curricular em 09 Escolas de Ensino Médio do Campo localizadas em Áreas de Assentamento da Reforma Agrária - A Seduc, em permanente diálogo com gestores, professores e servidores dessas escolas e, ainda, com o setor de Educação do MST, vem apoiando por meio de um amplo processo de discussão com os diferentes sujeitos/segmentos que atuam nessas escolas, o desenvolvimento de ações no âmbito da organização curricular, contribuindo para a caracterização de uma proposta pedagógica que reflita a identidade e cultura camponesas. Nessa perspectiva, na Matriz Curricular, foram assegurados três novos componentes curriculares: Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas, Práticas Sociais Comunitárias e Projetos, Estudos e Pesquisas,



ensejando a oferta de tempo integral para dois dias em cada turma.

Organização de novos ambientes pedagógicos para o desenvolvimento das práticas curriculares – Campo Experimental - Trata-se de um espaço destinado ao desenvolvimento das ações relacionadas ao currículo escolar diversificado. Configura-se como uma extensão pedagógica por excelência na qual a pesquisa se efetiva como princípio educativo e como uma estratégia de construção de novas alternativas tecnológicas, organização coletiva, cooperação para o trabalho, agroecologia e sustentabilidade ambiental, com a finalidade de melhor convivência com o semiárido. As escolas contam com o apoio docente de engenheiros agrônomos, tecnólogos e zootecnistas, que orientam as estratégias de integralização curricular entre a parte diversificada e a base nacional comum do currículo.

Escola Família Agrícola (EFA) - Atualmente existe 1 EFA concluída e 2 em construção na Rede Estadual. A organização das atividades de uma EFA baseia-se na Pedagogia da Alternância, metodologia que consiste na organização da formação de seus alunos em espaços e tempos diferenciados: um período letivo na unidade escolar alternado por um período letivo no meio familiar. Tem como objetivo promover uma formação contextualizada e integral de jovens agricultores/as, camponeses/as, desenvolvendo o protagonismo juvenil e tecnologias apropriadas para a convivência com o semiárido.

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), atendendo às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, garante a oferta de escolarização para as pessoas que se encontram privadas de liberdade em 10 Centros de Medidas Socioeducativas (CMSEs) e 43 Unidades Prisionais (Ups).

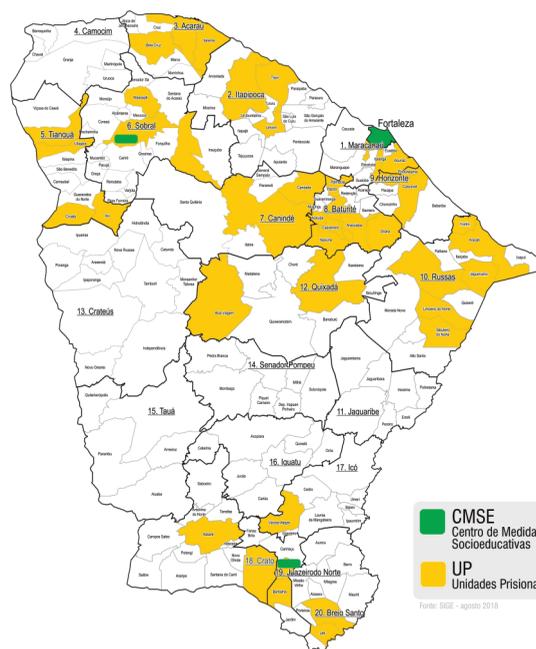
A escolarização acontece por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nos níveis do Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM), cuja avaliação da aprendizagem ocorre por intermédio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos específico para as Pessoas Privadas de Liberdade - Encceja PPL.

Escolarização nos CMSEs - A oferta educacional acontece em parceria com a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), atendendo 494 adolescentes e Jovens, nos Centros de Internação Provisória e de Internação por Setença, cujas matrículas estão vinculadas a 3 Centros de Educação de Jovens e Adultos (Cejas): José Walter (Fortaleza), Cecy Cialdine (Sobral) e Cícera Germano Correia (Juazeiro do Norte), sendo ofertadas um total de 36 turmas.

Destaca-se a implantação, no ano 2017, da Proposta Pedagógica “Recomece... Desenhando o Futuro...”, destinada aos adolescentes que cumprem internação provisória, desenvolvendo um processo de ensino e aprendizagem que une emoção, cognição e socialização.

Escolarização nas Ups - Acontece em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), atendendo 1.930 jovens e adultos, cujas matrículas estão vinculadas a 17 escolas da rede estadual, sendo na maioria Cejas.

Dentre as escolas gestoras dessa escolarização, destaca-se a atuação da Escola de Ensino Fundamental e Médio Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, sob a abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - Crede 1 - Maracanaú, criada no ano 2013, que concentra o maior número das matrículas das pessoas privadas de liberdade do Ceará, abrangendo as UPs do complexo penitenciário, localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza,



CMSE	Unidades	Cursos	Salas	Professores			Matrículas			UP	Unidades	Cursos	Professores	Matrículas
				Total	Sejus	SSE	Total	Sejus	SSE					
Fortaleza	8	-	1	34	21	13	575	412	162	PPP	13	2	36	1.190
Sobral	2	2	-	5	5	-	82	82	-	Interior	30	11	46	740
Total	10	2	1	39	26	13	657	494	162	Total	43	13	82	1.930

proporcionando maior qualificação ao processo de escolarização.

O desenvolvimento do Projeto “Livro Aberto” em 16 UPs, iniciado em 2016, e que já contemplou até agora 5.355 internos do Sistema Prisional, apresenta-se com uma das ações pedagógicas que fortalece a escolarização, por incentivar os seus participantes à leitura e escrita.

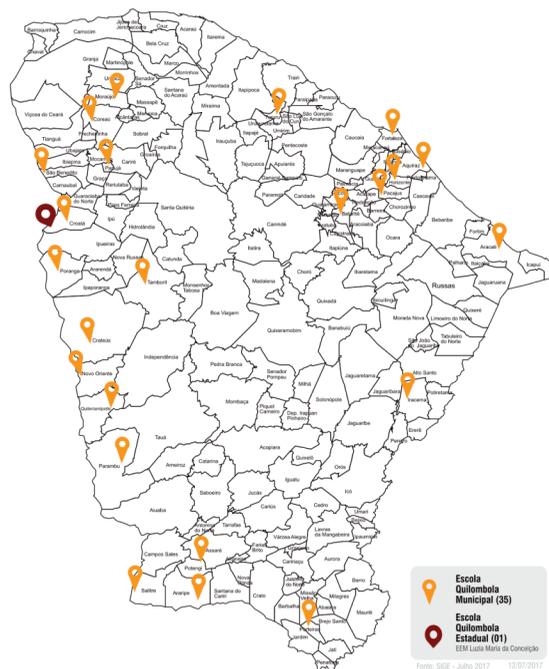
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade. Até março de 2013, a Fundação Cultural Palmares certificou 2040 comunidades quilombolas, presentes nas cinco regiões do país, com maior concentração nos Estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

A modalidade e seus fundamentos

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica, cujos fundamentos podem ser encontrados no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica. Posteriormente, foi assegurada nas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB. nº 04/2010, de 13/07/2010, DOU de 14/07/2010), e regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 16/12 (de 05/06/2012 e DOU de 20/11/2012), e pela Resolução CNE/CEB nº 08/2012 (de 20/11/2012 e DOU de 21/11/2012), bem como pelas demais orientações e resoluções do CNE voltadas para a educação nacional.

Essa modalidade legitimou-se pelo processo histórico de luta e resistência dos povos negros e quilombolas, seus valores civilizatórios afro-brasileiros e a política de pertencimento étnico, político e cultural. Destina-se ao atendimento educacional diferenciado das populações quilombolas rurais e urbanas e deve ser garantido pelo poder público e organizado em articulação com as comunidades quilombolas e os movimentos sociais. Por escola quilombola, entende-se somente aquela localizada em território quilombola. A Educação Escolar Quilombola é ofertada nessas escolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.



Valorização da diversidade cultural

Os espaços, o currículo e as vivências pedagógicas da oferta dessa modalidade devem estar fundamentados no reconhecimento e na valorização da diversidade cultural dos povos negros e quilombolas, exaltando sua memória, sua relação com a terra, com o trabalho, seu modo de organização coletiva, seus conhecimentos, saberes e o respeito às suas matrizes culturais. Nesse sentido, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará estabeleceu ações prioritárias, buscando assegurar um atendimento inicial às comunidades Quilombolas e à implementação da educação escolar étnico-racial nas escolas da rede pública estadual de ensino, a saber: Formação de gestores e docentes / Implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/06; Reunião Técnica sobre Educação Escolar Quilombola; Implantação e implementação de turmas de alfabetização de jovens e adultos, para comunidades Quilombolas e Construção de Escolas Quilombolas com oferta de Ensino Médio.